

AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO: A difícil transição do Ensino Médio à Universidade

Claudia Simone da Cunha Teixeira¹

Resumo

Este estudo tem como objetivo problematizar e levantar algumas discussões sobre a educação como excludente e seletiva, reproduzindo o fracasso escolar nas classes populares. Nesse cenário, a lógica meritocrática na educação visa produzir uma justiça social, através do mérito individual, mas em uma sociedade como a brasileira, com grandes diferenças sociais a meritocracia escolar não produz justiça social, bem pelo contrário, só aumenta as desigualdades sociais. Também, é necessário destacar as teorias do neoliberalismo que tendem a transformar a escola como produtora de mão de obra, trabalhando em prol dos interesses mercadológicos empresariais. Desse modo, muitos alunos do ensino médio acabam abandonando os estudos antes de concluírem essa etapa, outros concluem, porém, acabam não ingressando no ensino superior, sendo inseridos no mercado de trabalho com pouca qualificação. Assim, é necessário que a gestão escolar esteja pautada numa gestão democrática, em prol do desenvolvimento completo dos alunos do ensino médio, oriundos das classes populares das escolas públicas, auxiliando-os a tornarem-se cidadãos críticos e participativos, para que possam ser sujeitos transformadores da sua realidade e da sociedade que estão inseridos. Trabalhos realizados pelos gestores em parceria com a universidade, destacando trabalho do programa PET da UFFS, tem como propósito auxiliar os gestores a transformar a realidade desses alunos, levando informações e experiência que os conduzirão ao enfrentamento das questões sociais relacionadas ao ingresso no ensino superior.

Palavras-chave: Escola pública. Ensino Médio. Gestão Escolar. Mérito. Meritocracia. Neoliberalismo.

1 Introdução

A educação e a escola possuem essencialmente uma função social, desenvolvendo o indivíduo de modo pleno, não devendo reproduzir os princípios do capital no processo educacional.

[...] o projeto de educação a ser desenvolvido nas nossas escolas têm que estar pautado na realidade, visando a sua transformação, pois se compreende que a realidade não é algo pronto e acabado. Não se trata, no entanto, de atribuir à escola nenhuma função salvacionista, mas reconhecer seu incontestável papel social no desenvolvimento de processos educativos, na sistematização e socialização da cultura historicamente produzida pelos homens. (DOURADO; MORAES; OLIVEIRA, 2005, p.2).

Nesse artigo, pretendo trazer o debate da problematização da meritocracia na educação pública brasileira como fator causador de injustiça e desigualdades sociais e como a gestão escolar pode atuar como mediadora e mobilizadora dos alunos do ensino médio das escolas públicas.

¹ Formação. Estudante do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Escolar, UFFS *campus* Erechim. Orientador: Prof.º Dr.º Thiago Ingrassia Pereira.

O texto apresentado é de caráter bibliográfico, que na medida do possível tentarei aprofundar alguns conceitos. Inicialmente, retomarei uma breve apresentação dos aspectos históricos da educação como seletiva e excludente das classes populares, avançando nos conceitos de mérito e meritocracia, problematizando a questão no mundo capitalista, apresentando as teorias do neoliberalismo na transformação da educação em mercadoria. Também, destaco o papel da gestão escolar como articuladora, democrática e participativa, atuando no desenvolvimento político e pedagógico dos alunos do ensino médio das escolas públicas, apresentando a participação dos gestores escolares juntamente à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) através do trabalho realizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET), ao qual realiza uma ação mobilizadora de conhecimento sobre as políticas públicas de acesso ao ensino superior.

2 A educação meritocrática e as desigualdades sociais

O acesso à educação sempre privilegiou as classes dominantes, por muito tempo a escola serviu apenas a nobreza. Naquele período, a escola era valorizada, pois permitia a escolarização dos filhos dos nobres. “Para os herdeiros da aristocracia, seguros do seu poder, educar era sinônimo de aprender a pensar e a comportar-se como GRANDES SENHORES”. (HARPER et al., 1987, p.27).

Conforme Romanelli (2012), a educação veio para transformar-se em símbolo de classe, além das propriedades, a partir desse momento, também, destacavam-se os títulos de bacharéis e os de mestre. Logo, o status da educação passa a ganhar poder junto à política. Diferentemente da educação destinada aos nobres, havia a escola para o povo, o ensino primário e secundário era de responsabilidade do Estado, onde se aprendia atividades voltadas ao trabalho.

Dessa forma, percebe-se que não havia equidade, nem qualquer tipo de equilíbrio na sociedade. A estratificação social era marcante e não havia no horizonte alguma possibilidade de mudanças.

Com o surgimento da Revolução Industrial, os modelos de trabalho foram aos poucos se transformando, era necessário ensinar mais do que até então era ensinado nas escolas, o novo modelo trazia avanços, entre eles, em tecnologias nunca antes trabalhadas. Foi nesse momento, que os filhos dos operários começaram a ingressar na escola, necessitava-se de mão de obra com o mínimo de conhecimento necessário para o mercado, a educação tinha a finalidade de ensinar o básico. “É que as exigências da sociedade industrial impunham

modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo”. (ROMANELLI, 2012, p.62).

Segundo Harper (1987), não havia uma mobilidade social da massa trabalhadora, a educação oferecida servia apenas para capacitar os operários e suprir as necessidades do sistema industrial. A burguesia mantinha a mão de obra segura, pois sem condições sociais, nem culturais, não havia mudanças no paradigma estabelecido.

A escola tinha o papel de segregação, pois segundo Harper (1987), para os filhos dos nobres a educação contemplava o término do ensino médio e o acesso à universidade, realidade que se distancia dos filhos dos operários. Embora, o acesso à educação tenha tornando-se um direito a todos, não era o que a realidade contemplava, pelos menos em relação ao ensino médio e superior.

[...] é apenas ao término de um tronco comum que vai se dar a SELEÇÃO, isto é, a repartição dos alunos em dois grupos: de um lado, uma minoria que vai continuar os estudos até alcançar a universidade e, de outro lado, uma maioria que vai seguir cursos mais curtos e menos valorizados, que conduzem às escolas técnicas e profissionais. (HARPER et al., 1987, p. 32).

No período da segunda Revolução industrial a escola, com ensino gratuito e obrigatório, transformou-se em reprodutora de mão de obra, era nesse momento que ocorria a seleção entre quem continuava os estudos, alcançando uma graduação.

Conforme Pereira, May e Gutierrez (2014), o acesso ao ensino superior, desde sua implantação, beneficiou predominantemente a elite.

Desse modo, o espaço universitário brasileiro, como de resto em toda a sociedade com alto nível de concentração de riquezas e de desigualdade, é ocupado majoritariamente por pessoas dos estratos de renda mais alto da população. Assim, a entrada na faculdade torna-se muito mais difícil ou até inacessível para a massa assalariada e para os desempregados, fato que colabora para elitização dos espaços universitários. (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014, p.125).

Os filhos dos operários, pela necessidade econômica e de mercado, aos poucos foram acessando a escola. Conforme Romanelli (2012), outro fator que levou a expansão do ensino está na concentração da população em alguns centros urbanos mais industrializados. Nesse contexto, surgiu a necessidade de ler e escrever por exigência do mercado, assim, aumentava a concorrência e a falta mão de obra barata.

“A década de 1920 vai ser marcada por intensos processos que vão influenciar transformações importantes no país”. (PEREIRA; MAY; GUTERRES, 2014, p.6). De acordo com os autores, movimentos como a Semana da Arte Moderna e o Movimento Modernista vão impulsionar o início das universidades. Os movimentos influenciaram na mudança do

contexto educacional, além da criação de universidades, o ensino médio, também, aparece como essencial para consolidar a institucionalização das universidades.

Conforme Pereira, May e Gutierrez (2014, p.122):

[...] o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932), liderado, entre outros, por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, vai representar, no campo educacional de viés liberal, uma proposta de viés liberal, buscando consolidar uma sociedade democrática, na qual a melhora no nível médio de escolarização em muito contribuiria.

Outro ponto importante a ser levantado, segundo Romanelli (2012), é que a expansão do ensino não se deu de modo igualitário em todo o território brasileiro. Alguns estados foram mais favorecidos que outros, devido ao desenvolvimento produtivo. As questões econômicas dos estados foram fundamentais para o desenvolvimento do sistema educacional. Também, é evidente a diferença na escolaridade de zona urbana para a zona rural.

O sistema educacional ajuda a perpetuar diferenças entre as duas zonas, sobretudo se atentarmos para o fato de, na zona rural, não existirem escolas de nível acima do primário e, ainda neste mesmo nível, elas serem de duração diferente, conforme se trate de escolas do campo ou da cidade. (ROMANELLI, 2012, p.103).

A escola passa a considerar certos valores mais do que outros, os valores eram definidos pelas classes dominantes.

No Brasil, esses aspectos de conteúdo e métodos aplicados ao ensino, segundo os valores alheios aos reais valores das classes populares, são muito responsáveis pelo malogro, na escola, de significativa parcela da população e pelas condições de desigualdade com que lutam essas classes pelo acesso à escola. (ROMANELLI, 2012, p.109).

Segundo Nogueira e Nogueira (2002), até a metade do século XX, a educação possuía um importante papel de superação econômica e, também, apresentava-se como possibilitadora de transformar a sociedade. A partir do acesso gratuito à educação, a sociedade tornar-se-ia mais justa e democrática. Desse modo, o acesso beneficiaria a todos. A competição entre os indivíduos permitiria o destaque através do mérito de cada um, alcançando posições hierárquicas devido as suas aptidões. Assim, a educação servia apenas para ratificar as desigualdades, pois ela não seria imparcial, ela cobraria de seus alunos os princípios das classes dominantes, tornando esses princípios como um saber universal.

A escola teria assim, um papel ativo – ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação – no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Mais do que isso, ela cumpriria o papel fundamental de legitimação dessas desigualdades, ao dissimular as bases sociais destas, convertendo-as em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.19).

No âmbito escolar, de acordo com Vieira et al. (2013), a meritocracia surge como possibilitadora de acabar com a injustiça social, beneficiando através do mérito individual os

mais aptos. A palavra mérito surge como um prêmio, como sinônimo de inteligência, esforço individual, dividindo os indivíduos em capazes e incapazes de acordo com seu mérito. “Desse modo seria merecedor quem tem valor, quem apresenta um conjunto de qualidades intelectuais e morais reconhecidas (capacidades, habilidades, inteligência, talento, aptidão, dom, vocação e tudo faz para ser digno dela”. (VIEIRA et al., 2013, p.318).

Desse modo, o sucesso tornou-se uma possibilidade que depende apenas do desempenho particular de cada pessoa, através do seu esforço ou talento. O mérito tira das mãos do governo a responsabilidade pelas questões de segregação social.

Conforme a doutrina liberal, a Educação também deve estar a serviço do indivíduo, pois será na escola que os talentos, aptidões e habilidades de cada um irão se manifestar. Assim, aquele que tiver um melhor desempenho, independentemente de sua condição econômica e social, poderá ascender socialmente. O pensamento liberal faz do mérito pessoal seu critério fundamental para o progresso social. (BONETTO, et al 2006, p.111).

Conforme Bonetto et al. (2006), o desempenho individual passa a ser valorizado e o mérito aparece como uma condição de reação contra a discriminação na educação, possibilitando uma ascensão social e um reconhecimento público através do esforço individual desenvolvido na escola, permitindo que as capacidades pessoais proporcione a progressão e a mudança na condição social e hierárquica do indivíduo.

De acordo com Rawls (2008), quando os recursos são disponibilizados segundo os fatores naturais ou sociais, cria-se um estado de coisas injustas, pois aqueles que não possuem talentos naturais e nem condições sociais favoráveis são excluídos e abandonados à própria sorte. Portanto, segundo o autor, é necessário criar condições favoráveis para aqueles que não estão em condições de competir. O Estado e a sociedade devem considerar as diferenças de classes e dar condições para que todos possam partir de um mesmo ponto, sem beneficiar nenhuma qualidade, seja ela natural ou social.

Para Vieira et al. (2013, p.318), a meritocracia seria uma consequência do mérito individual, surgindo “[...] como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos”.

Segundo meu posicionamento, defender o mérito de cada pessoa como única questão para o sucesso é negar as diferenças gritantes na educação, entre a escola pública e a escola privada. Amparada em vários autores e nas discussões realizadas em sala de aula, entendo que na sociedade brasileira há uma grande diferença na qualidade do ensino, pois as escolas da iniciativa privada oferecem infinitas possibilidades, desde infraestrutura até uso de tecnologias, ao contrário das escolas públicas, onde as infraestruturas, quase que em grande

parte são deficientes, pensadas no todo, não levando em consideração a região onde a escola está inserida e muito menos as faixas etárias dos alunos, com precariedade nos salários dos professores, livros didáticos de má qualidade. Ainda podemos destacar a falta de pesquisa e de estímulos para que o aluno se desenvolva de modo autônomo. Os novos métodos de ensino que utilizam tecnologias nas escolas públicas são raros e, quando possuem, os professores não os usam por falta de conhecimento.

A meritocracia como concepção na sociedade estabelece uma desigualdade justificada, de acordo com a Constituição Federal, no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto assegura o direito a educação como dever do Estado e da família, também deve ser promovida pela sociedade, o acesso à educação ocorre de maneira igual, mas essa “igualdade” se concebida de forma mais ampla, mostra que a educação não é a mesma para as diferentes classes.

A garantia de qualidade da educação, presente na Constituição Federal (BRASIL, 2017), não assegura aos alunos das escolas públicas uma qualidade efetiva e, muito menos a permanência na escola. Além disso, mesmo que a educação seja um direito reconhecido a todos, de acordo com Zago (2006), o acesso e a conclusão do ensino médio e, mais tarde o ingresso à universidade, nem sempre se configura como verdade para muitos alunos de camadas sociais menos favorecidas. Entre as problemáticas da continuidade dos estudos, esbarramos na qualidade do ensino recebido na escola pública dificultando o ingresso na universidade, principalmente em cursos mais elitizados, além da necessidade de dividir o tempo entre estudo e trabalho. “Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade”. (ZAGO, 2006, p. 232). Ainda, segundo a autora, o acesso ao ensino superior nem sempre se configura como um direito real.

Entendo que as desigualdades sociais são relevantes quando pensamos no sucesso educativo dos jovens, a realidade social a qual eles provêm é determinante para a conclusão do ensino médio. Para Nogueira e Nogueira (2002), estudantes das classes populares têm em sua realidade pais que não acompanham ou estimulam seus filhos a concluir os estudos. Para o autor, não há uma cobrança com relação ao desempenho, a não ser quando a criança demonstra desde cedo um desempenho acima do normal, somente nesse caso os pais investem mais na educação dos filhos. Desse modo, a grande maioria é levada a optar por cursos mais curtos, sem muita exigência. Ocorrendo, assim, a reprodução de vida de seus pais, logo o meio em que vive afeta diretamente a continuidade dos estudos. “Em poucas palavras, a

estrutura social conduziria as ações individuais e tenderia a se reproduzir através dela [...]” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.20).

Segundo Nogueira e Nogueira (2002), as famílias da classe média investem mais na educação de seus filhos, pois muitos deles ascenderam de classe através da educação, incentivando seus filhos a terem um futuro melhor. Muitas dessas famílias abriram mão de alguns privilégios sociais para garantir aos filhos condições e acesso à educação de qualidade. “As famílias da classe média – particularmente aquelas originárias das camadas populares e que detêm, portanto, um limitado capital cultural – empreenderiam uma série de ações (compra de livros premiados, frequência a eventos culturais, etc.) com vistas às aquisições de capitais cultural”. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.25). Portanto, as aptidões vão além do mérito, do esforço em conquistar o sucesso, a qualidade e o acesso à cultura são corresponsáveis pelo êxito nos estudos, e isso ocorre de maneira mais tranquila do que para os jovens das classes populares.

De acordo com Nogueira e Nogueira (2002), as crianças provenientes de famílias de classes mais favorecidas encontram mais facilidade no aprendizado escolar. A aprendizagem, nesse caso, seria uma continuação da vida familiar, o vocabulário, o acesso à cultura; diferentemente das crianças provenientes das classes menos favorecidas que não possuem o mesmo acesso à cultura, a disciplina, entre outros fatores. O capital econômico e social auxiliaria na construção do capital cultural. Segundo o autor acima citado, o capital econômico permite acesso à leitura, às viagens. Diferentemente das crianças de famílias de classe menos favorecidas que raramente possuem essas atividades em suas vidas. Isso diminui as capacidades de construção cultural e, conseqüentemente, a construção intelectual. Essa herança que as classes menos favorecidas carregam, quase que na maioria das vezes, traz junto experiências nem sempre exitosas. Desse modo, muitos jovens acabam adequando-se aquilo que acreditam estarem predestinados por causa da classe social que estão inseridos.

De acordo com Enguita (2010), não se considera a posição de partida de cada um e muito menos a sua origem. “A igualdade de oportunidades” era, por assim dizer, a síntese da igualdade (no ponto de partida) e a busca de qualidade (em torno da seleção, no ponto de chegada). Mas enquanto a palavra de ordem da “igualdade de oportunidades” coloca ênfase no comum, a da “qualidade” enfatiza a diferença”. (ENGUIITA, 2010, p.105).

Muitos jovens, por razões sociais e culturais, ingressam no mercado de trabalho antes de concluírem o ensino médio, algo contraditório com as leis que protegem o direito à educação, “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (LDB 9394/96). Assim, entendo que reprovação e evasão são comuns e as razões são

óbvias: cansaço e desmotivação devido à soma de carga horária entre escola e trabalho. O tempo dedicado ao ensino diminui precarizando ainda mais a qualidade e, conseqüentemente, comprometendo o seu futuro estudantil.

Diante do que foi exposto, entendo que é preciso conscientizar cada vez mais educadores, gestores escolares e toda a sociedade que o valor dado à meritocracia precisa ser revisto. Como foi trazido nessa primeira parte do artigo, as oportunidades não são iguais para todos. É preciso considerar o “ponto de partida” de nossos estudantes, seus vínculos familiares e compreender que as camadas menos privilegiadas da sociedade encontram maiores dificuldades em “competir” em pé de igualdade com os “filhos” das elites. Como afirmam os autores, existem muitas diferenças entre ricos e pobres. Dessa forma, é inegável o valor da educação como forma de contribuir para que os acessos sejam menos desiguais.

3 Neoliberalismo e a crise social

Estamos vivendo um momento em que o desemprego tornou-se um problema social, o trabalho assalariado está em declínio e a insegurança domina. É esse cenário que muitos jovens, alunos do ensino médio das classes populares, precisam enfrentar. A conclusão do ensino médio e o ingresso no mercado de trabalho são carregados de incertezas, pois a sociedade tem vivenciado mudanças na relação de trabalho, graças ao capitalismo e, hoje, as teorias do neoliberalismo.

E como não bastasse o desemprego, as novas formas de ocupação, o governo neoliberal tem difundido as ideias de Estado mínimo. Nesse contexto, Silva (2010), destaca o interesse de que a educação seja privatizada, não sendo mais financiada pelo Estado, sendo repassada a responsabilidade de escolher a escola de melhor qualidade aos pais. Assim, a ideia de privatização da educação parece ser o melhor caminho para mudar a atual situação, pois a livre concorrência aumentaria a qualidade na educação.

Para começar, uma tal solução de mercado para a educação está baseada, como já tentei delinear, num diagnóstico deslocado dos “males” de nosso sistema educacional. O remédio neoliberal baseia-se na premissa de que os problemas de educação institucionalizada se devem essencialmente a uma má administração. A competição e os mecanismos de mercado agiriam para tornar essa administração mais eficiente e, portanto, para produzir um produto educacional de melhor qualidade. (SILVA, 2010 p. 23).

Conforme Arelaro, as reformas no ensino médio são vendidas como urgentes e necessárias para alterar a situação que se apresenta. Percebemos o apoio da mídia para vender a imagem em que as reformas aparecem como uma solução para as questões educacionais, principalmente para a falta de qualidade nas escolas. O ensino médio como está sendo

vendido só servirá de produtor de mão de obra barata para os empresários, que são os maiores interessados nessas reformas.

Segundo o novo ensino médio, alunos seriam direcionados aos cursos no momento do ingresso. O que dizer disso? O único pensamento que surge é assustador para não dizer absurdo. De acordo com Arelaro (2017), os alunos com faixa etária entre 14 e 15 anos definirem tão cedo sua trajetória estudantil é no mínimo uma incoerência, pois muitos estudantes, mesmo depois de terem ingressado na universidade, não tem certeza de sua escolha. “Basta olhar o número de desistências e /ou mudanças de curso no decorrer do ensino superior”. (ARELARO, 2017, p.13). Mais uma vez, percebemos que os afetados com essas mudanças serão, predominantemente, os jovens das classes populares. Alunos das escolas públicas muitas vezes não têm um horizonte, nem um ideal familiar a seguirem, pois a grande maioria possui pais com formação básica.

O advento da globalização na economia atinge diretamente a educação, trazendo mudanças em sua estrutura. Segundo Pino (2001), a formação profissional tem um papel importante nas transformações que estão ocorrendo no campo do trabalho. “A função da escola passa a ser, então, selecionar para o emprego”. (PINO, 2001, p.81).

Para Enguita (2010), no momento é notável a diferença entre quem tem condições financeiras de investir na qualidade de ensino de seus filhos e quem não tem condições. Os filhos da elite têm acesso as melhores escolas privadas e estarão preparados na hora de ingressarem na universidade e, também, farão escolha por bons cursos.

Na competição entre escola pública e privada, por exemplo, a segunda acaba sempre ganhando, porque a simples opção por ela, entre outras razões, denota já por si própria a busca de um ensino de qualidade. A suposta qualidade de um ou outro ensino se associa, além disso, à suposta qualidade da pessoa, não tanto como resultado quanto como ponto de partida. Os alunos brilhantes “merecem” um ensino de qualidade, os da massa não, mas a sequência se inverte para pressupor o brilhantismo de todos que acodem às escolhas de qualidade, independentemente do fato de que para isso basta possuir os recursos econômicos necessários. (ENGUITA, 2010. p.108,).

Segundo Zago (2006), é amplamente conhecida a tese de que “quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração”. (GRIGNON & GRUEL apud ZAGO, 2006, p. 232).

De acordo com Arelaro (2017), as reformas no ensino médio atingirão diretamente o mercado de trabalho, produziremos mão de obra sem condições de lutar por seus direitos,

sendo facilmente manipulada. “E um povo desinformado e sem formação crítica pode ser manipulado e, por medo, permanecer obediente e calado!”, (ARELARO, 2017, p.18).

Ainda de acordo com Arelaro (2017), nota-se que a reforma do ensino médio não tem como objetivo preparar os estudantes para darem prosseguimento aos estudos, ingressando na universidade e, assim, capacitando de modo efetivo para o mercado de trabalho. É notável a tentativa de frear o acesso à graduação para alunos das escolas públicas, sem as devidas condições, não conseguiram passar pelo funil de acesso à universidade. Percebe-se que o ideal dessas mudanças é colocar os jovens do ensino médio no mercado de trabalho, a flexibilidade do currículo associado a redução de disciplinas obrigatórias, irá direcioná-los a esse futuro. Desse modo, o Estado dá passos largos ao encontro da diminuição de sua intervenção nas questões sociais. A educação e o trabalho passam a ser dominados e definidos por uma elite de empresários, que em prol de seus interesses, definem junto com o governo o futuro de nossos jovens.

De acordo com Silva e Scheibe (2017), importantes disciplinas como Sociologia e Filosofia, entre outras, serão banidas do currículo propositalmente, disciplinas que favorecem a conscientização e a capacidade de desenvolver um raciocínio crítico diante as situações sociais impostas à sociedade pelo governo. O interesse pelo não estudo dessas disciplinas é essencialmente político, além de ser um retrocesso à democracia. Conforme as autoras, a reforma do ensino médio tem o objetivo de manter as classes sociais em seus devidos lugares, sem possibilidade de mobilidade social, mantendo a exclusão e a seletividade no ingresso a universidade.

O objetivo principal de toda educação básica, principalmente o ensino médio, deveria ser capacitar e preparar o aluno para o ingresso à universidade e não apenas para o mercado de trabalho. Precisamos avançar, não podemos retroceder, voltando a elitizar o ensino superior, justificando o acesso através do mérito de poucos. Desse modo, a gestão escolar não pode dar-se apenas como práticas administrativas e burocráticas, mas de modo mais amplo, deve abranger as áreas políticas e pedagógicas na formação dos indivíduos, garantindo a formação humana de qualidade e a participação coletiva de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino.

4 Gestão escolar e as desigualdades de oportunidades

O termo Gestão Escolar relaciona-se “a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais [...]” (MENEZES; SANTOS, 2001). O termo gestão é recente, foi

introduzido a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, Art. 206 - VI – “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASI, 2017). Anteriormente o termo utilizado era Administração Escolar, no entanto, a gestão da educação em relação à administração tem um sentido capitalista, possuem significados antagônicos. Conforme Martins (2004), palavra administração relaciona-se com a lucratividade, racionalização e o trabalho, contrariando o objetivo da práxis da educação que se relaciona com o desenvolvimento humano do educando. Nesse sentido, percebe-se que administração como práxis humana, é voltada para a organização do trabalho, a gestão escolar ao ser comparada com a administração geral torna-se uma instituição voltada para a produção, “[...] atribuir a escola a função de reprodução dos ditames do capital é contrariar sua função social”. (MARTINS, 2004, p.67).

Nota-se que a administração escolar está voltada para administração capitalista, desclassificando as funções sociais da escola. Nesse modelo, o diretor apresentava-se como gerente de uma organização, realizando o trabalho através do controle e a produtividade voltada para reprodução do capital, aumentando as desigualdades. Sob a ótica da gerência científica, conforme Martins (2004), existe uma separação entre criação e a realização do trabalho, pois ocorre uma ruptura do trabalho intelectual com o trabalho material, isso acontece devido o modelo de organização do trabalho, pois ele não se dá como um todo. Essa separação é preconizada através da Administração Científica de Taylor, ao afirmar que é necessário um homem para realizar cada etapa, quem cria e quem produz não são as mesmas pessoas. Assim, ainda de acordo com Martins (2004), é possível ver a dominação presente como uma ideologia da Administração, que preconiza a gerência como forma de sufocar a liberdade do homem, levando-o a condição de máquina. A gestão escolar apresenta um contexto diferente da administração escolar, pois busca a formação efetiva do educando, garantindo ao indivíduo acesso ao saber científico, tendo um papel importante no sucesso ou no fracasso dos estudantes.

Atualmente, a “nova ordem mundial” (MARTINS, 2004, p.68) da atividade social, que traz no seu bojo, indícios do neoliberalismo e da globalização, atinge diretamente a gestão da escola e o método produtivo, interferindo nas percepções das ações do Estado com relação às questões sociais. Desse modo, para o autor, a gestão escolar tem sido atingida pelo modelo neoliberal, aumentando o individualismo e a competição nas relações humanas. O neoliberalismo influencia na defesa na profissionalização da educação, com o objetivo de aumentar a racionalidade e a produção. Segundo Martins (2004), o novo modelo proposto para a gestão escolar, traz elementos que caracterizam o exercício do poder: interesses do

mercado, descentralização, extração da mais-valia, políticas macroeconômicas, qualidade total, supervisão e competitividade.

Sem dúvida, entendo que a atualidade tem se mostrado desafiadora para os gestores das escolas públicas, pois são muitos os problemas e desafios a enfrentar. Acredito que é nesse contexto que a gestão escolar assume um papel importantíssimo, pois é através da gestão que os problemas são visualizados de modo globalizado, procurando ações que possam alcançar os objetivos da educação e desenvolvendo as capacidades dos indivíduos para o exercício da cidadania.

Conforme Vieira (2007), a gestão escolar tem um papel importante na formação da cidadania, formando o sujeito sob todos os aspectos, pessoais e profissionais, sendo uma grande influência no futuro dos estudantes, podendo ter um caráter excludente ou includente.

Sendo assim, a gestão democrática preocupa-se com o progresso e o sucesso pedagógico dos alunos. De acordo com Ferreira (2000), a gestão democrática com a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, assim, como o Projeto Político Pedagógico, autonomia pedagógica e a administração são elementos essenciais.

A gestão democrática cumpre seu papel político na tomada de decisões coletiva, a autonomia da escola ocorre através da prática social, cumprindo efetivamente a democracia. Para Vieira (2007) a gestão escolar possui incumbências específicas dentro da escola, como: gerir os recursos humanos, financeiros e materiais, também, a elaboração e a execução da proposta pedagógica, norteando as direções a seguir. Além dessas atividades, a gestão escolar dedica-se “[...] pelo que constitui a própria razão de ser da escola – o ensino e a aprendizagem”. (VIEIRA, 2007, p. 62).

Uma escola democrática deve defender a igualdade e a justiça social, agindo de modo a diminuir as diferenças entre as classes, não permitindo a exclusão e a seletividade entre seus alunos. “Assim, pensar a função social da educação e da escola implica problematizar a escola que temos na tentativa de construirmos a escola que queremos”. (DOURADO; MORAES; OLIVEIRA, 2005, p.3).

Conforme dados do INEP (BRASIL, 2017), os alunos do ensino médio, no ano de 2016, apresentaram uma alta taxa de não aprovação, dados que somam tanto a reprovação quanto o abandono, mas o que mais chama atenção é que esses números são muito maiores quando apontam para as escolas públicas, os casos de não aprovação em escolas particulares são bem menores, principalmente no último ano do ensino médio. Nesse momento, os gestores das escolas públicas têm o papel de reavaliar o projeto pedagógico da escola e o que pode ser feito para resgatar esses jovens.

Assim, é necessário o ato de gerir. “Gestão é administração, é tomada de decisões, é organização, é direção”. (FERREIRA, 2000, p.306). A gestão remete-se ao ato de conduzir uma organização a alcançar seus objetivos, construir casos de sucesso dentro das escolas públicas. A escola deve ser um lugar de construção de sonhos possíveis. Os casos de insucessos devem ser repensados, reajustando as medidas pedagógicas tomadas, assim, atingindo os objetivos desejados.

A persistência do fracasso escolar entre tantas crianças e jovens em diversas partes do mundo torna imperativo afirmar a especificidade da escola enquanto espaço para onde convergem estudantes e professores, configurando-se como uma comunidade de aprendiz. Sua razão de existir está intrinsecamente ligada à tarefa primordial de bem ensinar e aprender. Gestão escolar bem sucedida, portanto, é aquela voltada para aprendizagem de todo os alunos. (VIEIRA, 2007, p.67).

As transformações que a sociedade está passando, como as mudanças tecnológicas, as novas formas de conhecimento, novas formas de trabalho e até mesmo formas temporárias de ocupação, aumentam as exclusões sociais. “A educação, segundo a ótica dominante, tem como finalidade habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores, para servir ao mundo do trabalho”. (DOURADO; OLIVEIRA; MORAES, 2005, p.2). Nesse contexto, a escola precisa construir um currículo que possa capacitar e preparar sujeitos críticos, cidadãos e éticos. Tornando a escola um lugar de inclusão e de transformação na vida dos jovens do ensino médio.

Sem utopia, sem amor e sem esperança, o trabalho educativo perde o significado, visto que não se concebe educação sem esses ingredientes: quem não é capaz de amar não é, também, capaz de educar. Segundo o autor, a capacidade de sempre indignar diante das injustiças torna viva, na alma, a capacidade e sonhar e de amar, projetando como possibilidade a equidade, a solidariedade e a paz. (LIMA, 2007, p.22).

Assim, acredito que o gestor precisa ser um agente mediador, auxiliando na construção de uma sociedade que se preocupa com a humanização e valorização do sujeito, contrariando as teorias do neoliberalismo, que prega a educação como um produto para o mercado. O gestor precisa auxiliar na construção de uma sociedade capaz de superar os modelos de exclusões tão presentes na educação em nossa atualidade.

Entende-se por inclusão o respeito às pessoas com necessidades, com histórias de vida, experiências e conhecimentos diversos. As diferenças étnicas, corporais, cognitivas sociais, culturais, religiosas e de gênero, entre outras, precisam ser reconhecidas, valorizadas e trabalhadas, pois, quando consideradas como ponto de partida para a construção do conhecimento, representam soluções e não problemas. Por isso, a aceitação e o respeito às diferenças individuais e a mobilização do coletivo na busca pela igualdade de oportunidades de desenvolvimento tornam o processo de relações sociais menos injusto. (LIMA, 2007, p.29-30).

Conforme Dourado, Moraes e Oliveira (2005), a gestão deve ser compreendida de modo amplo, não apenas no sentido administrativo, participando de todo o processo político-

pedagógico. Assim, poderá mudar algumas ações para que sejam atingidos os objetivos, desenvolvendo e mobilizando os estudantes na progressão dos estudos até o ingresso no ensino superior. “A escola, portanto, deve ser transformada em um espaço rico de possibilidades para auxiliar no desenvolvimento cognitivo, social e humano de seus autores escolares”. (LIMA, 2007, p. 99).

De acordo com Luck et al. (2009), para alcançar a escola como um todo é preciso que o gestor desenvolva uma gestão participativa, valorizando e incentivando a participação ativa de toda a comunidade escolar, assumindo suas responsabilidades, mas também compartilhando as tomadas de decisões com todos os envolvidos. Desse modo, desenvolver-se-á um sentimento de pertencimento a comunidade escolar, ampliando a capacidade crítica e tornando-se cidadãos conscientes frente as decisões tomadas em conjunto. Segundo o autor, uma gestão participativa favorece o crescimento de todos os envolvidos no processo decisório, entre eles os alunos, tornando-os corresponsáveis e, conseqüentemente, comprometidos com os objetivos da escola e, assim, construirão uma escola mais eficaz para alcançar os resultados desejados.

Onde quer que haja um forte sentimento de se sentir parte de uma comunidade, observa-se melhoria mensuráveis nos resultados e no comportamento dos alunos. As experiências observadas em todo o mundo, com relação à gestão escolar democrática, sugerem que a essência da abordagem participativa e dos seus conceitos balizadores residem no fato dos gestores de escolas serem profissionais capazes e trabalharemos para construir a escola. (LUCK et al., 2009, p.25).

O gestor deve trabalhar promovendo o envolvimento de todos no meio escolar, desenvolvendo a interação entre as equipes, pois para haver uma boa gestão é necessário reciprocidade. Para Luck et al. (2009), é preciso que todos reconheçam o gestor como um líder, alguém a ser seguido. Para que haja reciprocidade entre as partes envolvidas no processo escolar, é necessário que a liderança seja reconhecida e aceita, portanto, o líder não pode ser autoritário. Ele tem que ter características de mediador, auxiliando na busca de soluções de conflitos e desenvolvendo um trabalho pedagógico que possibilite ampliar as habilidades de cada participante de sua equipe.

Acredito, amparada nas leituras realizadas, que no mundo atual, a competitividade tem sido a cultura de muitos gestores, mas é preciso preocupar-se com o indivíduo e sua construção, não apenas prepará-lo para o mercado de trabalho, sem construir valores nos quais pautará suas práticas. Desse modo, a escola não preparará cidadãos e sim operários úteis para o mercado de trabalho, incapazes de agir e transformar a sociedade em que vivem.

Por isso, é necessário que o responsável pela administração coletiva da escola possibilite a construção de um espaço rico de múltiplas vivências, importantes, na medida em que propiciem o autoconhecimento e a autocrítica das pessoas, lidando

com as tensões do dia-a-dia, exterminando sentimentos de impotência, de marasmo e de desilusão, ativando, por outro lado, a indignação, a resistência, a luta e a esperança. (LIMA, 2007, p.112-113).

Assim, os gestores das escolas públicas têm um importante papel de mobilização desses alunos, participando das transformações necessárias para que haja o sucesso escolar e que a caminhada não termine com a conclusão do ensino médio, que o ingresso e a conclusão no ensino superior sejam possibilidades reais para todos.

5 O gestor escolar e o Programa de Educação Tutorial (PET) transformando realidades

Para Lima (2007), o gestor escolar tem o papel de mediador e transformador de realidades, os alunos do ensino médio precisam da contribuição da escola para conduzi-los a um caminho de possibilidades, que os ajudem a construir um futuro melhor. Essa função ou “papel” não é unicamente do gestor, a família e outros entes também podem colaborar.

Foi nesse intuito que o Programa de Educação Tutorial (PET) – Grupo Práxis/Conexões de Saberes (Jornal Bom Dia Online, 2017), desde o ano de 2010, com o início das atividades da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), realizam atividades divulgando a instituição. A partir de 2011, o PET começou a desenvolver o evento - Quero entrar na UFFS, através de oficinas nas escolas secundaristas pertencentes a 15ª Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), o evento tem como objetivo divulgar informações sobre a instituição Universidade Federais da Fronteira Sul (UFFS) e o ingresso no ensino superior. Essa parceria entre as escolas de ensino médio e a universidade é uma ação enriquecedora para os alunos e gestores das escolas públicas.

[...] a universidade tem uma responsabilidade social a cumprir junto aos demais graus de ensino e uma contribuição fundamental a dar no que diz respeito à compreensão do conhecimento, às perspectivas de avanço nas diferentes dimensões do conhecimento bem como nas questões de formação dos profissionais que atuam nas redes de ensino. (FREIRE apud LIMA, 2007, p. 102).

Ainda conforme reportagem, ação promovida, no ano de 2017, pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Práxis-Licenciaturas - Quero entrar na UFFS, ocorreu nos dias 23 e 34 de maio, no Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), contou com a participação de cerca de 400 estudantes e professores provenientes das escolas da região. Participaram das atividades os alunos das cidades Barra do Rio Azul, Getúlio Vargas, Estação, Mariano Mouro, Marcelino Ramos, Charrua, Faxinalzinho, Severiano de Almeida, Ponte Preta, Erebangó, Viadutos e alunos de duas escolas da cidade de Erechim.

Segundo o professor Thiago Ingrassia Pereira (Jornal Bom Dia Online, 2017), o PET é composto por professores dos cursos de Licenciaturas da UFFS que tem como intuito levar

informações com relação às políticas de acesso à universidade, não só com relação ao acesso à UFFS, mas ao acesso ao ensino superior em geral, desenvolvendo atividades sobre o ensino popular com alunos das escolas públicas de ensino médio da região.

Ainda, de acordo com a matéria publicada, no evento, além do programa PET, também, teve a participação do programa PIBID dos cursos de Licenciaturas, dos Diretórios Acadêmicos, Diretório Central de Estudantes, monitores dos laboratórios. O curso de Engenharia Ambiental, através do Eng Tech, também participou do evento, divulgando o curso e suas atividades como a Empresa Júnior. A parceria da universidade com as escolas de ensino médio auxilia na mobilização dos alunos, possibilitando a conhecimento sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior, a grande maioria dos alunos das escolas públicas não têm informações básicas com relação ao ingresso, aos cursos e as instituições de ensino superior. Através dos diálogos entre os alunos do ensino médio da região com os universitários pertencentes ao programa PET é trazido, também, a importância social do acesso ao ensino superior.

Além disso, nosso trabalho extensionista nos possibilitou importante canal de diálogo com a comunidade regional. Nossa presença em escolas públicas da área de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) oportunizou aos estudantes de licenciatura o contato direto com o ambiente escolar, além da possibilidade de dialogar com alunos concluintes do ensino médio público sobre a UFFS e o papel da continuidade dos estudos na sociedade contemporânea. (PEREIRA, 2014, p.70).

De acordo com Zago (2006), para muitos alunos das escolas públicas, o ingresso no ensino superior não é um acontecimento normal, diferentemente, para os alunos das escolas privadas de ensino médio em que o acesso ao ensino superior é uma sequência natural do processo estudantil. “Chegar a esse nível de ensino não tem nada de “natural”, mesmo porque parte significativa deles, até o ensino fundamental e, em muitos casos, ainda no ensino médio, possuía um baixo grau de informação sobre o vestibular e a formação universitária”. (ZAGO, 2006, p.230).

Ainda, de acordo com Zago (2006), para maioria dos alunos das escolas públicas o acesso à universidade apresenta uma grande superação. Ao ingressar muitos desses alunos apresentam dificuldades em certas disciplinas, por terem tido uma formação com pouca qualidade. Aos alunos que ingressam no ensino superior as dificuldades não terminam, pois é necessário condições para permanecerem e concluírem o curso universitário.

Segundo Pereira (2014), o PET vem auxiliando, não somente os alunos secundaristas da região através de mobilização e informações sobre o ensino superior, mas também, os

alunos da UFFS, fazendo um trabalho de democratização e dialogando sobre a meritocracia no ensino superior.

Abrir as universidades públicas aos segmentos populares é um desafio de grandes proporções, pois tensiona a lógica estritamente meritocrática do ensino superior, além de sugerir a própria reinvenção do espaço universitário. Por isso, nos parece essencial discutir a expansão do acesso à universidade em estrito vínculo com permanência dos estudantes. (PEREIRA, 2014, p. 72).

Os alunos das classes menos favorecidas enfrentam dificuldades por toda sua jornada estudantil, devido ao sistema meritocrático, desde o ingresso em cursos menos concorridos até as repetidas reprovações, motivados pela formação na educação básica de baixa qualidade, o que em muitos casos compromete a sua formação, causando reprovações e desistências ao longo dos anos no ensino superior.

Através das atividades do programa PET realizadas nas escolas pertencentes a 15º CRE, está se construindo o conhecimento da universidade pública como algo possível, sociabilizando nas escolas as questões relativas às desigualdades sociais, também, encontradas no ensino superior e as experiências vivenciadas são relatadas de modo a nortear os alunos secundaristas rumo à universidade.

6 CONCLUSÃO

Diante de uma educação escolar excludente e seletiva, as escolas públicas têm reproduzido ao longo do tempo as desigualdades sociais. Portanto, é preciso transformar essa realidade.

O modelo meritocrático na educação mantém a desigualdade social, pois sem olhar para as questões sociais e os pontos de partida não construiremos uma escola justa e muito menos uma sociedade igualitária, alunos de classes populares competem de maneira injusta com os alunos das classes mais favorecidas, os quais vivem uma realidade social e principalmente cultural bem diferente. A escola deve reconhecer seu papel social, não pode continuar reproduzindo as desigualdades do modelo econômico e social atual, valorizando a competição e o mérito de poucos para justificar a meritocracia. A escola deve reagir contra as teorias neoliberais que não possuem intenções de acabar com as desigualdades, dado o modelo econômico que propõe. Essa teoria voltada à lógica mercantilista deseja conduzir a educação para formação de um indivíduo útil apenas ao mercado de trabalho.

Dessa forma, o papel da gestão escolar é fundamental na educação, fazendo da escola pública um lugar que acolhe e que valoriza as vivências de cada indivíduo que participa da comunidade escolar, reconhecendo a cultura dessa comunidade e, assim, construindo um

Projeto Político Pedagógico que alcance os objetivos necessários para transformar a realidade da educação das escolas públicas. A gestão escolar deve ser trabalhada de modo amplo, alcançando a escola como um todo, construindo espaços capazes de estimular e desenvolver a democracia. Desse modo, a gestão será eficaz e alcançará os resultados do seu planejamento.

Um bom gestor olha para o indivíduo e cria condições pedagógicas para desenvolvê-lo de modo pleno. Uma maneira de mobilização dos gestores do ensino médio é a abertura de suas escolas para o importante programa PET da UFFS, assim, possibilitará que mais alunos obtenham informações a respeito das políticas públicas de acesso à universidade.

Portanto, espera-se que este trabalho possa servir de reflexões a estudantes e gestores escolares, valorizando a busca de uma escola pública de qualidade, incentivando a continuação dos estudos no ensino superior, mobilizando e mostrando que o ingresso à universidade pode ser uma realidade, assim como a permanência e a finalização dos estudos. Não há fórmula mágica para mudar essa realidade, pois estamos falando de questões sociais, que são vivenciadas há muito tempo em nossa sociedade capitalista, mas é sabido que as mudanças só se darão através da educação e de políticas sociais, diminuindo as injustiças e minimizando as diferenças gritantes entre as classes.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas. In: **Retratos da Escola – Revista da Escola de Formação da CNTE (Esforce)**. v.11, n.20, jan./jun.2017.

BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Mesa Diretora, Biênio, 2015/2016.

_____. INEP. Censo escolar 2016 reforça desafios para universalização da educação no Brasil. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206>. Acessado em: 15 out. 2017.

_____. Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: 02 out. 2017.

BONETTO, Helena; SANTOS, Márcia Regina Zok dos; FREIMULLER, Michelle; SUPERTI, Tamara Carneiro, PEREIRA, Thiago Ingrassia, SEIBEL, Vanessa Karine Ribeiro, ARANDA, Yara Paulina Cerpa; SANTOS, Simone Valdete dos Santos (Coord.). Lógica meritocrática e práticas pedagógicas na universidade: qual é a função do mérito nas nossas universidades? In: SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA, Ana Inês.

Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró Reitoria de Extensão, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAAE. v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007

DOURADO, Luiz Fernandes; MOREIRA, Karine Nunes; OLIVEIRA, João Ferreira. Função social da educação e da escola. FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

ENGUIITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILLI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HARPER, Babete; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miquel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska Darcy; FREIRE, Paulo. **Cuidade, Escola!:** desigualdade, domesticação e algumas saídas. Editora brasiliense, 1987.

FREITAS, Kátia Siqueira De; GIRLING, Robert; LÜCK, Heloísa; KEITH, Sherry. **A escola Participativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação - Impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a Administração Escolar.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____, FREITAS, Kátia Siqueira; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. A escola Participativa – O trabalho de gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Fernando José. Da especificidade da gestão escolar à gestão democrática da escola – uma tomada dialética a partir dos limites atuais. Série-estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n.17, p.63-84, jan./jun. 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete gestão escolar. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>>. Acessado em: 26 jul.2016.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. Educação & Sociologia, ano XXIII, nº 78, abr. 2008.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A pesquisa como princípio educativo no grupo práxis – PET/Conexões de Saberes. In: PEREIRA, Thiago Ingrassia. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão – Entre o vivido e o pensado**. Erechim: Evangraf, 2014.

_____; MAY, Fernanda; GUTIERREZ, Daniel. O acesso das classes populares ao ensino superior – Novas políticas, antigos desafios. *Revista Pedagógica*. v.16, n.32, jan./jul.2014.

PINO, Mauro del. Política educacional, empregos e exclusão social. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **A cidadania negada - Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2001.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILLI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas. In: *Retratos da Escola – Revista da Escola de Formação da CNTE (Esforce)*. v.11, n.20, jan./jun.2017

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *RBPAAE*. v. 23, n.1, p. 53-69, jan., abr./2017.

VIEIRA, Cecília Maria; BORGES, Kamylla Pereira; GONZAGA, Laerson Pires; OLIVEIRA, Natássia Duarte Garcia Leite de. Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. *Revista Reflexões e Ação*. v. 21, p.316-334, jan./jun.2013.

ZAGO, Nair. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. v.11, n.32 maio/ago. 2006.

UFFS recebe visita de cerca de 400 alunos, estudante da região. **Jornal Bom Dia Online (web)**. 2017. Disponível em: <http://www.jornalbomdia.com.br/noticia/13901/uffs-recebe-visita-de-cerca-de-400-estudantes-da-regiao>. Acessado em: 10 out.2017.